



**Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais**

**Relatório Consolidado**

**Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PADRE PARAISO - FMS PADRE PARAISO**

**Município: PADRE PARAÍSO/MG**



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



### I - DADOS BÁSICOS

**Finalidade:** Auditoria Especial

**Entidade Responsável:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PADRE PARAISO - FMS PADRE PARAISO **CPF/CNPJ:** 12.231.708/0001-32

**Município/UF:** PADRE PARAÍSO-MG

**Unidade Visitada:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PADRE PARAISO - FMS PADRE PARAISO

**CPF/CNPJ:** 12.231.708/0001-32

**Município/UF:** PADRE PARAÍSO/MG

**Demandante:** Setores Internos da SES

**Forma:** Direta

**Objeto:** Assistência- geral

**Abrangência:** Mai/2019 a out/2019

**Gestão do Prestador:** Plena

**Fase(s):**

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Análítica	18/05/2020	21/05/2021
Execução - In loco	26/05/2021	28/05/2021
Relatório	31/05/2021	21/06/2021

**Tarefa Nº:** 114409

**Natureza da Entidade:** Municipal

### II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

**DANIELLE GOMES NEIVA**

**Cargo:** Secretária Municipal de Saúde

**Exercício:** 03/01/2019 a 20/09/2019

**MARCIO ADRIANO PEREIRA DIAS**

**Cargo:** Secretário Municipal de Saúde

**Exercício:** Desde 01/10/2019

### III - INTRODUÇÃO

FATOR DESENCADEANTE

Auditoria nº 627

Acesso 1360506



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Trata-se de programação de auditoria feita pela Assessoria de Auditoria Assistencial da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (AUDSUS/SES-MG), conforme Memorando.SES/AUDSUS.nº 400/2020 e Memorando.SES/AUDSUS.nº 401/2020, ambos de 14 de outubro de 2020 para as Superintendências Regionais de Saúde de Governador Valadares e de Montes Claros, respectivamente, solicitando a realização de auditoria especial na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Padre Paraíso/MG, tendo como unidade visitada o Hospital

Nossa Senhora Mãe da Igreja, pelas correspondentes Assessorias Regionais de Auditoria Assistencial. A demanda foi encaminhada via Processo SEI nº 1320.01.0031919/2020-33 pela Diretoria de Regulação do Acesso Eletivo e Ambulatorial da SES-MG à AUDSUS, por meio do Memorando.SES/SUBREG-SR-DREA.nº14/2020 de 05/02/2020, solicitando análise mediante o caso descrito no processo judicial nº 5000217-30.2019.8.13.0009 no qual um usuário requer indenização por danos materiais, morais e estéticos aos municípios de Fronteira dos Vales, Padre Paraíso e subsidiariamente ao Estado de Minas Gerais. De acordo com a petição inicial, o usuário teria sido encaminhado para cirurgia oftalmológica em Hospital de Padre Paraíso sem avaliação de especialista e sem exames pré-cirúrgicos, após atendimento em Centro de Saúde no município de Fronteira dos Vales. No Hospital de Padre Paraíso, teriam sido realizados os procedimentos iniciais para a cirurgia, mesmo sem diagnóstico prévio e exames, sendo o usuário informado, após aplicação de anestésico, que não teria indicação para fazer a cirurgia. Já em sua residência, o usuário percebeu que perdera a visão do olho direito, depois do colírio aplicado no Hospital.

#### OBJETIVOS E ESCOPO DA AUDITORIA;

A auditoria teve o objetivo abaixo descrito, a ser avaliado no período de abrangência de maio a outubro/2019:

- Verificar se a SMS de Padre Paraíso cumpriu as regras do SUS quanto às autorizações das cirurgias oftalmológicas dos usuários de Fronteira dos Vales realizados no Hospital N. S. Mãe da Igreja em 20/07/2019.

#### CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE AUDITORIA

O município de Padre Paraíso pertence à Superintendência Regional de Saúde de Teófilo Otoni e localiza-se na mesorregião do Vale do Jequitinhonha e na Microrregião de Araçuaí do Estado de Minas Gerais, faz fronteiras com os municípios de Ponto dos Volantes, Araçuaí e Carai. Detém a gestão de seus prestadores conforme Deliberação CIB-SUS/MG nº1.823, de 12 de maio de 2014 desde jun/14. Foi emancipado em 1962. Possui uma área de 544,375Km², a população do município no último censo (2010) era de 18.849 pessoas. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,596, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com relatórios do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), acessados em 24/02/21, a Rede Assistencial do SUS do município de Padre Paraíso tem 01 prestador hospitalar, para atendimentos de média complexidade ambulatorial e hospitalar, com atendimento 100% SUS, que é o Hospital Nossa Senhora Mãe da Igreja (CNES: 2208083-CNPJ: 18929463000106), sob gestão municipal, hospital geral, associação privada, com atendimentos: ambulatorial, internação, SADT, urgência e vigilância em saúde através de demanda espontânea e referenciada; a instituição tem 47 leitos, sendo 15 cirúrgicos (10 Cirurgia Geral e 05 Obstetrícia Cirúrgica), 05 Ginecologia e Obstetrícia, 13 Clínica Médica, 07 Isolamento, 06 Pediatria Clínica e 01 Saúde Mental.

A cidade conta também com os seguintes serviços de saúde de acordo com o CNES: 01 Academia da Saúde, 01 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Acolher, 01 Centro Municipal de Saúde, 01 Clínica Municipal de Fisioterapia, 02 serviços de odontologia (Consultório Central e Escola Estadual Dr. Candido Ulhôa), 01 Farmácia de Minas, 01 Laboratório Municipal, 07 PSFs - (DNER, Dr. Carlos Alberto Mesquita, Dr. Domingos Savio Pereira, Enfermeira Dona Nana, Padre Constantino Carera, Padre Julio Gamboa, Vila Vieira), com 12 Equipes de Saúde da

Família com Saúde Bucal (ESF/SB) e 01 Equipe Núcleo de Apoio a Saúde da Família e Atenção Primária (ENASFAP), 01 Unidade de Suporte Básico de Vida Terrestre (USB) Padre Paraíso - unidade móvel de nível pré-hospitalar na área de urgência e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) (atendimento de Regulação, Vigilância em Saúde e outros serviços administrativos).

#### METODOLOGIA

##### FASE ANALÍTICA

1 - Para subsidiar a fase operativa da auditoria foram analisados os seguintes documentos:

a) Documentos que compõem o processo da auditoria (SEI nº 1320.01.0031919/2020-33), incluindo documentos que fundamentaram a demanda de auditoria pela Diretoria de Regulação do Acesso Eletivo e Ambulatorial; b) Relatório de pacientes na fila ambulatorial de Fronteira dos Vales no período de 01/01/2019 - 18/12/2019. Dados da Secretaria de Estado de Saúde/ Superintendência de Programação

Assistencial/Superintendência de Regulação /Susfácil; c) Informações do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) –

Cidades - Padre Paraíso/MG; d) Relatórios do CNES, acessados em 23/02/21 – Padre Paraíso/MG; e) Documentos (Portarias Ministeriais, Resolução CIT referentes à realização de cirurgias eletivas de catarata, Resoluções do Conselho Federal de Medicina, Lei Federal,

Auditoria nº 627



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Resolução da Diretoria Colegiada/ANVISA); f) Planilha do site da Secretaria de Estado de Saúde/Subsecretaria de Regulação do Acesso a Serviços e Insumos de Saúde/Superintendência de Contratualização e Programação/Diretoria de Programação Pactuada Integrada Municípios do Estado de Minas Gerais que detêm a gestão de seus prestadores (Relação atualizada em 02/02/2021) verificada em 26/02/21.

2 - Visando sistematizar a obtenção e o tratamento das informações da auditoria houve, por meio de videoconferências, discussão sobre a Tarefa da Auditoria, bem como a elaboração e a validação, pela equipe responsável pela execução da auditoria (Governador Valadares e Montes Claros) e a equipe de auditores de referência para esta Atividade (Núcleo de Planejamento e Interface-NPI e Núcleo de Gestão da Qualidade-NGQ) de dois instrumentos, a saber: a Matriz de Coleta de Informações e a Matriz de Análise de Informações. A primeira indica as informações requeridas pela auditoria, onde podem ser obtidas (fonte) e por meio de qual procedimento de coleta. Já a segunda indica, por meio dos procedimentos descritos, como as informações serão tratadas, visando revelar a situação real do objeto e compará-la à situação ideal (critério). Essa comparação permite confirmar ou não possíveis constatações e, assim, responder às questões de auditoria.

#### Fase operativa:

Reunião de apresentação da equipe de auditoria com o Secretário Municipal de Saúde para esclarecê-lo sobre os motivos da auditoria e coleta de documentos;

Coleta do termo de entrevista com a enfermeira autorizadora das APACs; Reunião de encerramento com elaboração e assinaturas do termo de auditoria.

#### Limitações:

Não houve limitações.

## IV - CONSTATAÇÕES

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 630387

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar/Ambulatorial

**Item:** Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

**Constatação:** A SMS de Padre Paraíso não cumpriu as regras do SUS quanto à autorização prévia das cirurgias oftalmológicas dos usuários de Fronteira dos Vales realizados no Hospital N. S. Mãe da Igreja em 20/07/2019.

**Evidência:** Em análise das documentações apresentadas pela SMS de Padre Paraíso para cumprimento as regras do SUS para a autorização prévia das cirurgias oftalmológicas, não foi disponibilizado o Laudo para Solicitação e/ou Autorização de Procedimento. O Laudo para Solicitação e/ou Autorização de Procedimento Ambulatorial é o instrumento para solicitação e/ou autorização de procedimentos ambulatoriais, com registro em APAC. O laudo contém informações de identificação do estabelecimento, do paciente, exames complementares, justificativas da solicitação, dados de identificação do profissional solicitante e do autorizador, códigos de procedimentos de acordo com a tabela unificada do SUS e CID-10. Conforme Manual Técnico Operacional SIA/SUS para os usuários que necessitam de atendimentos que exigem autorização prévia, o profissional responsável pelo usuário emite o Laudo de Solicitação/Autorização de Procedimentos Ambulatoriais; o usuário é então encaminhado ao órgão autorizador, juntamente com as duas vias do Laudo, solicitando o número da autorização (APAC). O órgão autorizador verifica se o Laudo está corretamente preenchido e se a solicitação procede. Quando o procedimento é autorizado, o autorizador registra o nº da APAC, sua data de validade e o nome do estabelecimento de saúde onde será realizado o atendimento. O estabelecimento de saúde presta o devido atendimento aos usuários e posteriormente efetua o registro de todos os atendimentos autorizados e prestados aos usuários. O estabelecimento de saúde encaminha as informações registradas na APAC à Secretaria Estadual ou Municipal de Saúde, dependendo da gestão do estabelecimento, para serem processadas pelo SIA. Verificou-se que as emissões dos números das APACs foram realizadas por profissional de nível superior da área de saúde - E.A.P.C., enfermeira efetiva do município de Padre Paraíso, com período de validade, código e nome da instituição executora do procedimento, porém constatou-se a ausência do laudo de solicitação/autorização prévia.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



dos procedimentos nos prontuários auditados. Tal fato está em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4, subitem 4.1. letra "h", Portaria SAS/MS nº 1.011, de 3/10/2014, Artigos 2º e 3º; Manual Operacional do SIA/SUS versão agosto de 2016, Itens 2.4 e 2.5 aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º.

**Fonte da Evidência:** Cópia da autorização para procedimento ambulatorial (APAC) em nome dos usuários de origem de Fronteira dos Vales para as cirurgias oftalmológicas realizadas em 20-07-19; cópia do comprovante da formação em nível superior da área de saúde do profissional que autorizou os laudos das APAC - enfermeira E.A.P.C. - COREN/MG 139718; cópia do comprovante do vínculo do profissional autorizador das APAC com a SMS de Padre Paraíso Vínculo profissional SCNES enfermeira- E.A.P.C.; 13 prontuários analisados.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1- Por meio de Documento s/n da Prefeitura Municipal de Padre Paraíso, datado de 14/12/21, o Sr. D.P.S. (representante legal da Secretaria Municipal de Padre Paraíso), por meio do seu procurador, Sr. L.V.J. (OAB 136.585), se manifestou da seguinte forma: "DAS RAZÕES DE DEFESA

Conforme se verifica do parecer preliminar, restou constatado que a Secretária Municipal de Saúde de Padre Paraíso não cumpriu com as regras do SUS para a autorização prévia das cirurgias oftalmológicas, ao passo que não foi disponibilizado o Laudo para solicitação e/ou autorização do procedimento cirúrgico. Segundo apurado no citado relatório, o usuário teria sido encaminhado para procedimento cirúrgico sem solicitação/autorização prévia dos procedimentos nos prontuários auditados, o que estaria em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4, subitem 4.1. letra "h", Portaria SAS/MS nº 1.011, de 3/10/2014, Artigos 2º e 3º; Manual Operacional do SIA/SUS versão agosto de 2016, Itens 2.4 e 2.5 aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º. Todavia ao contrário do que constatado pelos auditores, o usuário não foi submetido a procedimento cirúrgico sem realização de exames, sendo que, conforme se verifica do relato na petição inicial (anexa), advinda do processo judicial de n. 5000217-30.2019.8.13.0009, o usuário foi encaminhado pelo município de Fronteira dos Vales ao Hospital de Padre Paraíso para realização de cirurgia nos olhos, e que, chegando ao hospital, foi direcionado a uma sala, onde foi pingado colírio em seu olho, foi submetido a análise médica (exame), constatado pelo médico que não seria o caso de cirurgia, sendo dispensado do procedimento quando constatado que seria o caso de cirurgia."

2- Por meio de Documento s/n, datado de 16/12/21, a Sra. D.G.N. (pessoa física), por meio do seu procurador, Sr. P.E.G.N. (OAB 84.899), se manifestou da seguinte forma:

"Das Razões da Defesa

2.1. De acordo com o relatório preliminar da auditoria realizada, restou constatado que a Secretária Municipal de Saúde de Padre Paraíso não cumpriu com as regras do SUS para a autorização prévia das cirurgias oftalmológicas dos usuários de Fronteira dos Vales, sendo que não foi disponibilizado o Laudo para solicitação e/ou autorização do procedimento cirúrgico.

2.2. Segundo apurado no citado relatório, o usuário teria sido encaminhado para procedimento cirúrgico sem solicitação/autorização prévia dos procedimentos nos prontuários auditados, o que estaria em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4, subitem 4.1. letra "h", Portaria SAS/MS nº 1.011, de 3/10/2014, Artigos 2º e 3º;

Manual Operacional do SIA/SUS versão agosto de 2016, Itens 2.4 e 2.5 aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º.

2.3. No entanto, ao contrário do que foi constatado pelos auditores, o usuário não foi submetido a procedimento cirúrgico sem realização de exames pré-cirúrgicos, pois conforme se verifica do próprio relato do usuário no processo judicial de n.

5000217-30.2019.8.13.0009 (petição inicial anexa), o usuário foi encaminhado pelo município de Fronteira dos Vales ao Hospital de Padre Paraíso para realização de cirurgia nos olhos, ao chegar ao hospital, foi direcionado a uma sala onde foi pingado colírio em seu olho, após foi submetido a análise médica (exame), sendo constatado pelo médico que não seria o caso de cirurgia, recomendado assim ao paciente que retomasse para casa. Ou seja, o usuário foi sim submetido a análise médica (exame) para averiguar se haveria ou não necessidade de cirurgia, sendo dispensado do procedimento quando constatado que não seria o caso de realizar a cirurgia."

**Análise da Justificativa:** As razões de defesa apresentadas não justificam a ausência do Laudo para solicitação e/ou autorização dos procedimentos cirúrgicos realizados no Hospital N. S. Mãe da Igreja em 20/07/2019. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Recomendação:** A Secretaria Municipal de Saúde de Padre Paraíso deve utilizar o Laudo para Solicitação e/ou Autorização de Procedimento Ambulatorial (APAC) para autorizar os procedimentos que exigem autorização prévia, como as cirurgias de catarata. O laudo deve conter informações de identificação do estabelecimento, do paciente, exames complementares, justificativas da solicitação, dados de identificação do profissional solicitante e do autorizador, códigos de procedimentos de acordo com a tabela unificada do SUS e CID-10; cumprindo o que determina a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4, subitem 4.1. letra "h", Portaria SAS/MS nº 1.011, de 3/10/2014, Artigos 2º e 3º; Manual Operacional do SIA/SUS versão agosto de 2016, Itens 2.4 e 2.5 aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PADRE PARAISO - FMS PADRE PARAISO	12.231.708/0001-32

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 635735

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar/Ambulatorial

**Item:** Recursos Humanos

**Constatação:** Ausência de ato formal de designação, pelo Gestor Municipal de Saúde, da enfermeira E.A.P.C., autorizadora das APACs do mutirão de cataratas.

**Evidência:** Durante a auditoria operativa, verificou-se que a profissional enfermeira E.A.P.C. (COREN MG 139718), que autorizou as APACs no município de Padre Paraíso para o mutirão de cataratas, não foi formalmente designada para a função de autorizadora, pelo Gestor Municipal de Saúde. Tal fato está em desacordo com o Manual Operacional do SIA/SUS versão agosto de 2016, Itens 2.4 e 2.5 aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º.

**Fonte da Evidência:** Cópia do Contrato Administrativo 007/2018, firmado entre o município de Pe. Paraíso e o médico F.T.M.N. (CRM MG 49070) - último Termo Aditivo a este Contrato - com vigência até 30/12/20 (Observação: único autorizador designado do município); 13 APACs apresentadas pelo município de Pe. Paraíso, referentes às cirurgias eletivas de catarata realizadas no Hospital N. Sra. Mãe da Igreja com a autorização pela enfermeira - E.A.P.C.; Termo de entrevista com a enfermeira E.A.P.C. datado de 27/5/21.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1. O atual Secretário Municipal de Saúde de Padre Paraíso, não se manifestou a respeito dessa não conformidade na defesa encaminhada.

2. A ex-secretária de saúde não se manifestou a respeito dessa não conformidade na defesa encaminhada.

**Análise da Justificativa:**

1. A manifestação do atual secretário de saúde foi insuficiente para afastar a não conformidade, pois não foram apresentadas justificativas para essa não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.
2. A manifestação da ex- secretária de saúde foi insuficiente para afastar a não conformidade, pois não foram apresentadas justificativas para essa não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Realizar a designação formal pelo gestor municipal de autorizador de APACs quando houver mutirão (no caso - facectomia-ataratas), conforme Manual Operacional do SIA/SUS versão agosto de 2016, Itens 2.4 e 2.5 aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º .

Auditoria nº 627



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PADRE PARAISO - FMS PADRE PARAISO	12.231.708/0001-32

### V - RESULTADO DA DENÚNCIA

**Fato:** - Realização de atendimento cirúrgico de oftalmologia no Hospital Nossa Senhora Mãe da Igreja em 20/07/2019 por profissionais médicos não habilitados.

**Tipo:** Assistência - Recursos Humanos - Habilitação para o exercício profissional **Demanda Nº:** 94859

**Fato:** - Realização de procedimentos iniciais para cirurgia de catarata no usuário M.A.S pelo Hospital Nossa Senhora Mãe da Igreja em 20/07/2019, sem confirmação prévia de sua indicação cirúrgica.

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Qualidade do atendimento da **Demanda Nº:** 94859 UPS

### VI - CONCLUSÃO

#### Resultado da denúncia:

1. Fato: Realização de atendimento cirúrgico de oftalmologia no Hospital Nossa Senhora Mãe da Igreja em 20/07/2019 por profissionais médicos não habilitados.

Tipo: Assistência - Recursos Humanos - Habilitação para o exercício profissional.

Demanda: 94859

Resultado da denúncia: O atendimento cirúrgico de oftalmologia prestado no Hospital N. S. Mãe da Igreja em 20/07/2019 foi realizado por médico habilitado. **Procede:** não.

2. Fato: Realização de procedimentos iniciais para cirurgia de catarata no usuário M.A.S pelo Hospital Nossa Senhora Mãe da Igreja em 20/07/2019, sem confirmação prévia de sua indicação cirúrgica.

Tipo: Assistência - Funcionamento - Qualidade do atendimento da UPS.

Demanda: 94859

Resultado da denúncia: O Hospital não confirmou a indicação para a cirurgia de catarata do usuário M.A.S antes de iniciar o procedimento em 20/07/2019. **Procede:** sim.

#### Conclusão:

A equipe concluiu que houve irregularidades no atendimento do usuário - M.A.S. encaminhado pela SMS de Fronteira dos Vales para realização de procedimento cirúrgico de oftalmologia em Padre Paraíso tanto na Secretaria de Saúde quanto no Hosp. N. Sra. Mãe da Igreja.

A Secretaria Municipal de Saúde de Padre Paraíso através do Gestor Municipal de Saúde da época dos fatos, não designou formalmente a autorizadora das APACs do mutirão de cataratas e não cumpriu as regras do SUS quanto à autorização prévia das cirurgias oftalmológicas dos usuários de Fronteira dos Vales realizadas no Hospital N. S. Mãe da Igreja em 20/07/2019.

No Hospital Nossa S. Mãe da Igreja em 20/07/2019: - o atendimento cirúrgico de oftalmologia prestado aos usuários de Fronteira dos Vales foi realizado por médico habilitado, inclusive o atendimento médico ao usuário M.A.S.; - os atendimentos prestados aos usuários de Fronteira dos Vales, para a realização de facectomia, não foram devidamente registrados em prontuários e nem o do M.A.S., pois para esse nem apresentaram/houve prontuário; - não houve confirmação da indicação médica para a cirurgia de catarata do usuário M.A.S antes de iniciar o procedimento - facectomia, que não foi

Auditoria nº 627





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



necessário para esse paciente, conforme observado pelo cirurgião oftalmológico na sala de cirurgia; realizaram as cirurgias oftalmológicas dos usuários de Fronteira dos Vales sem a autorização prévia da SMS de Padre Paraíso; - houve emissão indevida de APAC referente ao usuário M. A. S. pela instituição hospitalar, pois o procedimento não era necessário para esse usuário, conforme observado pelo cirurgião oftalmológico na sala de cirurgia; - não foram utilizados protocolos clínicos e/ou diretrizes terapêuticas na assistência prestada aos usuários de Fronteira dos Vales para realização de facectomia.



Auditoria nº 627